



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE JUNHO DE 2002

Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Pedro Malan; Senhor Governador de Goiás, Marconi Perillo; Senhor Marcos Pestana, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Doutor Beny Parnes, Presidente interino do Banco Central; Senhoras e Senhores,

O Ministro Pedro Malan dispensou-me de falar, porque me disse, ao chegarmos aqui: “Ih, não tive tempo de preparar nada.” Eu disse: “Não se preocupe, eu tenho uma coisa escrita.” Aí, ele veio à forra e disse tudo que eu ia dizer, com a pertinência que é habitual no Ministro Pedro Malan.

De qualquer forma, é uma satisfação poder reafirmar: o que o Pedro disse a respeito do que foi a evolução da nossa economia e do fato de que nós temos, hoje, uma moeda que tem credibilidade, uma moeda estável, que é cuidada pelo Governo, pelo seu povo, pela sociedade. Nós todos sentimos, hoje, o que significa a moeda.

Existe um sociólogo, que o Doutor Pedro Malan, que lê alemão melhor que eu conhece, Simmel, que tem um livro, *Das Geld*, muito interessante. É sobre a moeda e mostra o significado da moeda como uma forma de relação, de interrelação social, que vai muito além de, simples-

mente, ser a expressão de um valor monetário ou de uma referência desse tipo.

O que o Ministro Pedro Malan acabou de dizer aqui foi, no fundo, isto: que, com uma moeda, o Real, moeda que se tornou uma referência mais estável, foi possível intensificar muito uma série de relações sociais. As transformações ocorridas no Brasil têm muito a ver, efetivamente, com o fato de nós termos logrado uma moeda que tem uma expressão estável e permite, portanto, que se vislumbre um pouco mais o futuro e se projete; permite que haja, também, nos contratos em geral – e me refiro não a contratos comerciais, mas ao contrato social, à relação entre as pessoas –, um sentimento diferente, porque é um sentimento de maior crença. Pode-se dizer “Vou fazer tal coisa”, e as pessoas acreditam, porque sabem se tem recurso ou não tem recurso, qual é o orçamento, se dá para fazer, não dá para fazer. Estima-se no tempo o que vai acontecer. Quer dizer, transcende, de muito, o próprio mercado: é alguma coisa que afeta diretamente a sociedade.

É claro que, quando estávamos, na época, lá atrás, cuidando dessa questão da hiperinflação, não estávamos pensando em nada disso, não. Aqui, muitos viveram esse período de angústia, da corrida inflacionária.

Devo dizer que era mais cômodo ser Ministro da Fazenda naquela época do que hoje, porque a inflação ajudava a corrigir tudo, o Orçamento se equilibrava fácil: era só não pagar um tempinho, atrasar dois, três meses, e morreu o assunto. Ninguém se preocupava muito com outra coisa. Naturalmente, o custo não aparecia, porque o custo era o empobrecimento de camadas imensas da população. Mas, do ponto de vista do Estado, era mais fácil.

O Edmar Bacha dizia, sempre, que havia um casamento entre o governo e a inflação, e que a dificuldade era fazer o divórcio entre o governo e a inflação, porque esse divórcio tinha que ser feito começando lá, pelo Congresso, na parte fiscal. Daí esse programa de ação imediata que o Ministro Malan mencionou, que nós lançamos em junho de 93 e era o começo, de modo a mostrar ao Congresso que era preciso ter um relacionamento um pouco diverso, era preciso dar mais flexibilidade ao Ministro da Fazenda para utilizar os recursos arrecadados, que,

hoje, ainda são muito congelados, muito engessados, Naquela época, eram muito mais engessados.

Então, nós inventamos o Fundo Social de Emergência e pusemos o nome de “social” para poder passar mais rápido. Na verdade, era um Fundo de Emergência para salvar a possibilidade de uma certa gestão do Orçamento. Então, naquela aflição nossa, nós não estávamos pensando tanto no que poderia acontecer depois.

O Ministro Malan se referiu, aí, àqueles que efetivamente ajudaram muito na definição de uma nova visão de como podíamos combater a hiperinflação. Mas talvez tenha participado um outro personagem, que não era economista, e sem a sua participação teria sido difícil a coisa funcionar: foi o Clóvis Carvalho.

Na verdade, naquela época, nós funcionávamos quase que em sistema de seminário. Havia reuniões permanentes para saber o que fazer com as coisas. Eu, como era Ministro, e não era economista, eles não me levavam muito, assim, ao pé da letra e não precisava participar de todas. Mas eu sabia um pouquinho mais de economia do que eles imaginavam. Então, quando eu entrava na reunião, para eu não saber mesmo nada, um deles ia para o quadro-negro e punha uma equação complicada, de terceiro grau, não-sei-o-quê, porque, aí, eu não entendia nada e tinha que me retirar para que eles pudessem ficar mais à vontade, tentando ajustar os instrumentos.

Mas foi uma época de muita criatividade, em que não se sabia o que fazer. Era tudo muito tateante: “Faz? Não faz? Como é que faz? Como é que não faz?” Deu certo. Deu certo por quê? Primeiro, porque, realmente, as pessoas aqui mencionadas, e muitas outras mais que não foram mencionadas e que ajudaram imensamente na definição desse programa de combate à inflação, foram de alta competência. Mas deu certo também – e, aí, entra o que comecei a dizer aqui – porque nunca encaramos a questão da inflação e da moeda em si, isoladamente. Nós sempre a encaramos como um processo social.

E tudo foi explicado. Houve muita discussão para saber até que ponto se explicaria tudo que ia acontecer ou não, porque, na visão tradicional, mais tecnocrática, “não se pode dizer nada, porque tem que

pegar de surpresa, senão alguém vai jogar contra”. E a decisão que foi tomada na ocasião foi o oposto. Foi a de que iríamos explicar ao País qual era a mágica, porque não havia mágica. Isso era muito difícil de ser crível antes de o fato ter ocorrido, porque as pessoas diziam: “Ah, na hora, ninguém vai entender.” A primeira reação foi: “Essa URV, se for começar por essas letras tão estranhas, ninguém vai entender.” Em segundo lugar: “E vão jogar contra.”

Tudo isso aconteceu: houve quem não entendesse, houve quem jogasse contra. Mas, num processo geral, foi um momento em que realmente se procurou mostrar ao conjunto da sociedade – e não só ao Parlamento, não só ao Ministério, não só aos técnicos – qual era a vastidão da operação que estava sendo levada adiante.

Isso foi assim porque tínhamos um regime que era democrático; se não fosse assim, não funcionaria. Isso vale até hoje – até hoje. Para que as coisas avancem é preciso ter paciência de explicar – e convencer – a setores importantes do País. O fato é que se convenceu. O Real simboliza esse momento que foi de uma mobilização para dizer: “Olhem, não dá para continuar com esse processo inflacionário.” A sociedade chega a um certo ponto em que diz: “Não dá mais.” Aí, há condições para mobilizar.

Agora, não é a inflação: agora, é a violência. Eu já disse isso algumas vezes. Não dá mais. Então, estamos criando as condições para que haja uma ação realmente eficaz, porque se chegou a um ponto de saturação, assim como a inflação tinha chegado ao ponto de saturação.

Eu não sabia que, ainda hoje, alguém teria coragem de dizer, como o Ministro relatou agora, que gostaria de ter uma inflação de 80%, desde que o salário fosse ajustado todo mês. É um insensato. Espero que não seja Parlamentar, porque não há nenhum Parlamentar insensato. Mas é um insensato. Não é possível dizer uma coisa dessa natureza, a não ser quem realmente nunca tenha passado por uma experiência de inflação – mesmo para aqueles que são capazes, no nosso caso, por causa da indexação, alguns conseguiam salvar um pouco dos seus recursos, era uma ginástica tremenda. Era um dispêndio em questões que não são as fundamentais do cotidiano da vida para poder defender um pouco o

valor da moeda. E a imensa maioria da população não defendia nada. Realmente, ela ficava sempre pagando um preço altíssimo.

Bom, hoje, o Brasil mudou bastante. O Ministro Pedro Malan mencionou isso aqui. É verdade. Hoje, não existe, imagino eu, quem ainda ache, a não ser por ignorância, que a inflação possa ser bem vista ou bem-vinda. E aqueles que, por ignorância – não é por má-fé: por ignorância – pregam, nas suas propostas políticas, atitudes incompatíveis com o controle da inflação, ainda bem que eles não vão assumir o governo, porque, se assumissem, mudariam de idéia logo, porque, assim que começa a haver de novo inflação, o povo reage. O povo reage, não aceita mais, habituou-se a um outro padrão de ajustamento.

É por isso, como disse o Ministro Pedro Malan, que, nos países mais desenvolvidos, com maior experiência histórica no lidar com o mercado e com as questões econômicas, certas políticas macroeconômicas não estão em causa, não entram na briga, são dadas como assentes: ninguém vai discutir mais se precisa ou não ter uma gestão correta do Orçamento, da política monetária, da política fiscal. Não se discute.

Isso não quer dizer que não haja diferenças de ação, que seja – como se diz agora? – pensamento único. Isso é bobagem única. Não há pensamento único. Há mil caminhos. Mas os caminhos todos têm que supor o bem-estar da população, da maioria, porque a população não aceita que não seja assim. Esses descaminhos não levam ao bem-estar da maioria. Portanto, alguém que tenha senso comum não vai propor descaminho. É o que acontece nos países mais desenvolvidos, em que ninguém chega a dizer que vai tomar certas medidas que, sabe-se de antemão, têm efeito desastroso.

Hoje, isso já está mais ou menos incorporado na vida dos países mais desenvolvidos. Já começa a estar incorporado também aqui. Também aqui já existe, hoje, uma consciência, que é mais ampla do que se imagina, sobre a necessidade da existência de mecanismos de gestão macroeconômica, eu diria, quase consensuais. Erra-se, pode-se melhorar, mas certos fundamentos têm que ser mantidos, para que o bolo não perca o ponto, não desande, senão o primeiro resultado é a inflação – e tem outros resultados mais daninhos em seguida.

Bom, não quero falar demais, mas queria só me referir a algo também que o Ministro já mencionou, que acho importante. Reli, nesta semana, um artigo do Diretor do Banco Mundial aqui no Brasil – está publicado na *Folha de S. Paulo*, naquela página 3. É um artigo interessante e me chamou a atenção, porque ele é sóbrio. Diz o seguinte: quando se examina o que ocorreu na última década, nenhum país do mundo teve um avanço na área social tão marcante quanto o Brasil. Mostra lá que, embora a China tenha, entre os países em desenvolvimento, segundo ele, um produto maior do que o nosso, depois vem o Brasil. O fato de o Brasil ser um país de economia grande, por consequência, e ter conseguido crescer na área social mais que os outros intrigou a ele e ao Banco Mundial. Diz ele que o desenvolvimento foi do tipo do que aconteceu em Cuba – não sei o que significa isso, porque não tenho os dados – na área da saúde, na área da educação, na mortalidade infantil, no acesso ao atendimento hospitalar, no avanço na queda do número de analfabetos, etc. E cita alguns dados. Depois, indaga assim: “Olha, efetivamente, por que teria ocorrido isso? Efetivamente, a taxa de crescimento *per capita* não foi maior que a de alguns outros países – e cita lá – porque houve muito ziguezague na economia mundial, esses efeitos todos da globalização. Houve momentos de maior e de menor crescimento, mas, na média, houve sempre crescimento, é verdade. Mas o crescimento *per capita* não é o que explica em si mesmo esse crescimento tão rápido dos índices positivos na área social. Se não é isso, como se explicaria isso?”

A explicação que ele dá é a de que houve focalização nas políticas sociais e que essas políticas sociais foram feitas a despeito de um forte ajuste fiscal. Quer dizer, todo esse processo que resultou no Real, que implicou, obviamente, a contenção de gastos, não foi uma contenção cega de gastos: foi uma contenção seletiva de gastos, e nela as áreas sociais foram postas à margem, para que fosse possível haver essa transformação sem que ocorresse o que os críticos do Real no início diziam. O que eles diziam? Primeiro, que era eleitoreiro: “Não vai dar certo. Depois da eleição, volta a inflação.” Bom, já tive duas eleições. Depois, diziam que “o peso desse ajuste vai ser pago pelo povo, pelos trabalhadores”.

O Ministro Malan deu uns dados sobre a questão do salário mínimo, que é um indicador importante. Esses dados sociais a que se refere o Banco Mundial, que repito aqui, são também importantes, porque pegam pessoas que estão, muitas vezes, abaixo do salário mínimo, nas áreas realmente mais pobres do País, onde a renda *per capita* é abaixo do salário mínimo. Bom, então, diz ele: “É porque houve focalização nas políticas sociais e porque houve a preocupação, ao fazer essa estabilização, de não se frear os gastos para essas áreas sensíveis.” Aí, eu ajuntaria um outro elemento: é porque a estabilização, em si mesma, da moeda, o combate à inflação permitiu tudo isso. Primeiro, permitiu ver aonde se alocava o dinheiro, porque antes não se sabia, uma confusão imensa, com essas moedas de meio milhão. Ninguém sabia, exatamente, para onde ia o gasto. A inflação apagava a memória do gasto, e, portanto, não se podia corrigir o gasto nem se sabia se, efetivamente, ele estava atendendo as áreas mais necessitadas, que são as áreas dos mais pobres. E, em segundo lugar porque, efetivamente, deu previsibilidade, como comecei a dizer aqui, alterou o modo de fazer a política social, alterou as relações sociais.

E isso é que eu acho que estamos aqui mencionando, ao lançarmos uma moeda de 20 reais. Não se trata, simplesmente, de uma moeda, de que essa moeda hoje tem credibilidade: é da moeda como forma de relação social, como forma de interação, atingindo até os aspectos macro-societários.

Por fim, só para reiterar o que disse o Ministro Malan, nós estamos, aí, colocando como símbolo o mico leão dourado, e não por acaso. Acabo de criar essa área de preservação, porque nós temos um forte empenho na questão do meio ambiente.

Lembro que, quando fizemos as primeiras moedas do Real, a razão pela qual apareceram alguns peixes foi porque era o que se tinha de molde. E nós estávamos fazendo um pouco escondido tudo aquilo, ainda. Tinha que haver um molde que já existisse, para que fosse possível produzir em massa.

E me lembro de que, numa conversa minha com o Presidente Itamar Franco, ele disse que não gostava muito de um daqueles animais, por-

que, disse, “não dava muita sorte”. Eu disse: “Mas agora é tarde, porque é o que se tem aqui.” E ficou. Não sei qual dos animais – eu não tenho essas superstições. Mas, de qualquer maneira, deu sorte.

Agora, olha que mudança! Na época, tínhamos que pegar o que tinha, e correndo, fosse o que fosse. Agora fazem consulta pública para escolher a moeda. É uma coisa bonita, porque mostra, também, o que estávamos dizendo há pouco da democracia, em que as pessoas opinam, a moeda passa a ter outros significados. E o significado do mico leão dourado que tem aí é muito importante.

Eu vim, recentemente, nesses dias, do Rio de Janeiro, de uma reunião preparatória da Conferência de Johannesburgo, sobre meio ambiente, onde, certamente, a posição do Brasil, como tem sido nessas reuniões internacionais, vai ser uma posição de vanguarda, na preservação de outras dimensões da boa sociedade, porque não se trata só de ter estabilidade, ter políticas sociais, combater o crime, mas também de criar condições de vida, de fazer com que seja possível a manutenção dos melhores mecanismos de preservação da natureza e de combate, também, à pobreza, que vem junto com essa preocupação, com o chamado “desenvolvimento sustentável”.

De modo, Ministro Malan e senhores e senhoras do Banco Central, que são os donos da moeda, que isso é uma demonstração de que, efetivamente, simbolicamente, nós estamos não apenas fazendo uma moeda nova, de 20 reais, que há muito tempo não havia com esses Algarismos, mas, também, imprimindo nessa moeda uma vontade do nosso país, que é de preservação da natureza.

E, no fundo, no fundo, nós estamos dizendo: “Olha, essas turbulências de mercado que estão aí, não é isso que é o fundamental. Isso atrapalha. Mas nós temos força para superar.” E um país que faz o que fizemos nesses anos todos vai em frente, com todas as dificuldades que aí estão. E eu, francamente, presto mais atenção à sociedade do que às turbulências do mercado.

Muito obrigado.